

Da infância à juventude: crises e superações na construção da cidadania e democracia no Brasil pós-ditadura até o impeachment de Dilma Rousseff

JOÃO ELTON DE JESUS*

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a relação entre democracia e cidadania no Brasil. Desta forma evidenciará as crises políticas e democráticas vividas pelo povo brasileiro e a resposta desses aos desafios apresentados principalmente no processo de redemocratização do país. Para isso, além de um levantamento crítico-histórico dos primeiros anos democráticos do Brasil, faremos uma breve análise das manifestações ocorridas em 2013 no sentido de mostrar a força dos cidadãos na construção de um país mais justo e igualitário. Por fim, abordaremos alguns desafios que a democracia e a cidadania ainda possuem bem como alguns caminhos apresentados para a sua plena efetivação.

Palavras-chave: Democracia; Cidadania; Direitos; Política; Participação.

Childhood to adult life: the building citizenship and democracy in post-dictatorship Brazil until Dilma Rousseff's Impeachment

Abstract

This study aims to present the relationship between democracy and citizenship in Brazil. Thus will highlight the political and democratic crises experienced by the Brazilian people and the response of these challenges mainly presented in the country's democratization process. Therefore, in addition to a critical-historical survey of the first democratic years in Brazil, we will briefly review the events that occurred in 2013 in order to show the strength of citizens in building a more just and egalitarian country. Finally, we discuss some challenges that democracy and citizenship still have some ways and presented to its full realization.

Key words: Democracy; Citizenship; Rights; Politics; Participation.



* JOÃO ELTON DE JESUS é Bacharel em Administração com ênfase em Marketing pelas Faculdades Anhanguera.

Introdução

As ideias de democracia e cidadania praticamente nasceram juntas. Tendo sua origem na Grécia Antiga, ambos conceitos estão relacionados na organização do caos para efetivar a pólis (cidade) por meio de homens (portadores de logos) capazes de gerir o âmbito público da vida em comum. Contudo, já nos seus primórdios, tanto a cidadania quanto a democracia apareciam como segregadoras, pois priorizavam somente uma classe específica da sociedade, de modo que escravos, mulheres, crianças e pessoas mais simples, estavam proibidos ou impossibilitados de participar das discussões na Ágora.

Muitos séculos depois, agora já na modernidade e vivendo não mais na Cidade-Estado mas no Estado-Nação, tanto democracia quanto cidadania foram conquistando outros contornos. Assim, no mundo ocidental contemporâneo, a cidadania está ligada à um indicativo de nacionalidade, ao pertencimento a um país e, também está relacionada, conforme afirma o sociólogo T. H. Marshal (1967), com o acesso a direitos civis, políticos e sociais de uma população vinculada a um Estado e garantida por uma Constituição.

Ora, se no sentido mais amplo e sociológico, a cidadania está ligada ao Estado, logo, a Cidadania está estritamente vinculada à democracia, já que é em um estado democrático em que todos os cidadãos participam da organização e participação, inclusive das leis que garantem os seus direitos e lhes possibilitam dizer-se cidadãos.

Resultado de uma forte colonização protagonizada pelos países ibéricos especialmente Portugal, o Brasil é um país que, tendo dizimadas as culturas e povos originários, foi tomado por uma ideologia exploratória que dificultou o

emergir de um Estado-Nação e de um pensamento que buscasse nas terras tupiniquins uma organização social, política e econômica que fosse emancipadora da metrópole portuguesa. Assim tanto democracia quanto a cidadania muito demoraram para chegar na antiga Ilha de Vera Cruz, já que não se conhecia a noção de direitos e de pertencimento e o reconhecimento do Estado.

Embora a Família Real Portuguesa tenha ancorado nos protegidos e fechados portos brasileiros em 1808, as condições culturais e políticas daquela que seria uma das maiores nações do mundo ainda era incipiente e não favorecia um espaço ideal para a construção conjunta de uma nação. À cidadania e à democracia estava vinculada a aristocracia e a corte. A maioria da população (escravos “sem alma” e trabalhadores) em nada opinavam naquela “sociedade”.

Depois de muito caminhar, a independência foi proclamada e, posteriormente a República foi instaurada no Brasil. Embora trazia os princípios de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, tais “avanços” tinham uma prática excludente, pois assim como no império, o povo, de maioria analfabetos, permanecia marginalizado em relação à política. Novamente percebe-se a separação social que assolaria a vivência da democracia e da cidadania, o que se repetiria nos tempos áureos do início do século XX e também nas sombras da ditadura militar.

Após o processo de redemocratização do país, no final do segundo milênio, surgem algumas perguntas: como se caracteriza democracia e a cidadania no Brasil contemporâneo? Como vivemos atualmente a democracia e desempenhamos o papel de cidadãos? Quais desafios para alcançarmos uma

democracia verdadeira e a vivência de uma cidadania plena?

Sem o intuito de defender uma resposta definitiva às perguntas acima, buscaremos nas próximas páginas refletir sobre os desafios que a democracia e a cidadania nos apresenta nos anos de redemocratização do Brasil. Desta maneira, fazendo uma comparação ao desenvolvimento humano, dividimos o breve período de redemocratização em três momentos: infância, adolescência e juventude e ao final apresentaremos alguns desafios que surgem no peregrinar brasileiro em busca de uma vida adulta democrática e cidadã real e de qualidade.

a) (Re) Nascimento e primeira infância: crises e superações iniciais

A construção da democracia e da cidadania no Brasil é marcada por altos e baixos, principalmente no turbulento século XX, onde presenciamos golpes de Estado, ditaduras militares e cerceamento de direitos. Em uma rápida análise histórica, a partir da visão apresentada por Carvalho (2008), o acesso aos direitos e portanto à uma cidadania, dependia do governo e do regime político da época. Nesse período, ora enfatizava-se direitos civis, ora direitos políticos, ora direitos sociais, de modo que dificilmente a população brasileira pudesse ter os seus direitos como cidadãos garantidos de forma integral.

Com o enfraquecimento da ditadura militar (1964-1985), o Brasil iniciou um grande processo de redemocratização. Para Carvalho, (2008, p. 192) “o movimento pelas eleições diretas em 1984 foi o ponto culminante de um movimento de mobilização política de dimensões inéditas no país”. Essas e outras iniciativas foram forjando um sentimento de cidadania e patriotismo no

povo Brasileiro, cujas implicações se seguiram até meados dos anos noventa e ressurgiria para “acordar o gigante” nos anos 2000.

Malgrado os avanços obtidos nos últimos anos da ditadura, a democracia brasileira só foi efetivada formalmente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988. Inspirada nos documentos americanos e franceses, bem como na Declaração dos Direitos Humanos, a Carta Magna do Brasil levou em conta os fundamentos da cidadania plena, buscando garantir a liberdade, a participação e a igualdade para todos. A aplicação desses princípios se deu pela oficialização constitucional de direitos civis, políticos e sociais.

Dessa maneira, pelo menos na legislação, o povo brasileiro passou a ter garantidos: a) direitos civis, como direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei através de uma justiça que deveria ser independente e acessível a todos; b) direitos políticos, através da abertura para participação do cidadão no governo por meio de demonstrações políticas, criação de partidos, de votar e ser votado, e finalmente; c) direitos sociais, onde possibilitava a participação na riqueza coletiva por parte da população, que passou a ter garantido o acesso à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria.

Assim, o renascimento da democracia e a criação daquela que é chamada “Constituição cidadã” (CARVALHO, 2008, p. 199), fez tornar mais forte aos filhos deste solo a esperança pela *pátria amada*. Desta forma, podemos afirmar que a democracia e cidadania estão imbricadas e relacionadas uma a outra, de modo que a cidadania no Brasil só foi possível por meio de uma ênfase no governo democrático, e este por sua vez,

só se faz e é validado por meio dos cidadãos.

No entanto, a população brasileira foi logo percebendo que nem sempre o fato de existir leis significa uma efetivação da democracia e da cidadania. Depois de um difícil parto, a democracia no Brasil se vê mergulhada em uma forte crise já na “primeira infância” da redemocratização: morte do presidente eleito Tancredo Neves antes de tomar posse; decepção com o governo de José Sarney onde “as velhas práticas políticas, incluindo a corrupção, estavam todas de volta” (CARVALHO, 2008, p. 203). O ápice desse difícil momento foi a eleição e renúncia do presidente Fernando Collor de Melo em 1992, cuja imagem, impulsionada pela televisão, disfarçava um “presidente despreparado, autoritário, messiânico e sem apoio político no Congresso” (CARVALHO, 2008, p. 204).

Como democracia e cidadania sempre caminham juntas, nesse período de crise, o povo brasileiro, ainda motivado pelas campanhas da “diretas já”, buscou novos caminhos utilizando agora os direitos políticos garantidos. Assim, “a população que foi às ruas oito anos antes para pedir as eleições diretas repetiu a jornada para pedir o impedimento do primeiro presidente eleito pelo voto direto. A campanha espalhou-se pelo país e mobilizou principalmente a juventude das grandes cidades” (CARVALHO, 2008, p. 205). Dessa maneira, ainda na “infância da democracia”, o povo já foi percebendo a sua força na luta por um país mais justo.

As consequências positivas e negativas do Impeachment de Fernando Collor de Mello puderam ser evidenciadas e percebidas ao longo do tempo. Hoje, mais de vinte anos após esse incidente, podemos verificar que o processo de impedimento do primeiro presidente

eleito na “redemocratização” contribuiu em muitos aspectos para o amadurecimento tanto da consciência cidadã como da própria democracia brasileira.

Após o impedimento de Collor leis e processos administrativos e políticos foram instaurados no sentido de melhor fiscalizar as campanhas eleitorais e a conduta do chefe do poder executivo. Para Bruno Wilhelm Speck, chefe do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Campinas, entrevistado por Mariana Santos (2012), duas medidas implementadas fizeram uma “grande diferença com relação ‘à sensação de impunidade’, especialmente no Executivo: a maior atuação da Polícia Federal como órgão de investigação dos crimes de “colarinho branco” e a criação da Controladoria Geral da República (CGU)”. Essa mesma reportagem aponta que:

A criação de movimentos de combate à corrupção eleitoral, assim como a Lei da Ficha Limpa, são apontadas como conquistas importantes das duas últimas décadas pelo cientista político Tim Wegenast, da Universidade de Constança, na Alemanha. “Talvez o Collorgate tenha sido um pontapé inicial para essas iniciativas. O impeachment foi uma experiência importante para uma democracia ainda jovem, a fim de formar atitudes cívicas e um maior entendimento democrático”.

Nesse sentido, podemos afirmar que o processo de Impeachment de Fernando Collor embora tenha deixado marcas indelévels na história política nacional, também contribuiu para que a população assumisse a sua cidadã e tomasse maior consciência da importância da participação política popular.

Por outro lado, também pode-se verificar que todos os processos e estudos

realizados a partir da administração Collor, bem como seu processo de impedimento e os diversos casos de corrupção, ainda que de forma dolorosa, também contribuiu para que novos protocolos e legislações fossem criadas a fim de garantir a plena efetivação da democracia brasileira, contribuindo, portanto, de forma peremptória para o amadurecimento político de nosso país.

b) Da infância à Adolescência: a busca por experiências e caminhos novos

A segunda crise democrática do país aconteceu no governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, numa época em que a democracia avançava para sua “pré-adolescência”. Depois de um período de estabilização financeira e controle da inflação causadas principalmente com a implantação do plano Real, o Brasil foi adentrando numa política neoliberal, sendo fortemente marcado pela influência do mercado internacional. Nesse período, muitas das empresas estatais foram privatizadas e a promessa de que tais recursos seriam alocados para o bem-estar da população parecia não se cumprir.

Segundo Aloysio Biondi, em estudo publicado pela Fundação Perseu Abramo, no processo de privatização brasileiro, o governo financiava a compra no leilão, vendia “moedas podres” a longo prazo e ainda financiava os investimentos que os “compradores” precisavam fazer. Segundo ele, “para aumentar os lucros dos futuros “compradores”, o governo “engole” dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização.” (BIONDI, 1999, p.8)

No final do governo FHC, o Brasil se via em meio à uma forte crise internacional,

pouca competitividade no mercado globalizado e altos impostos onerando a população. Segundo Couto e Abrucio (2003, p.286), três fatores prejudicaram esse governo: a crise energética ocorrida em 2001; a incapacidade de reformar o modelo econômico com vistas a reduzir a vulnerabilidade externa e gerar maior crescimento e por último; o enfraquecimento das bases políticas do governo, que já se apresentava saturado e ineficaz.

Percebe-se, portanto, que o grande destaque do governo FHC, estabilidade da economia e a inserção do Brasil no mercado mundial, começavam a falhar de modo que o chamado cidadão vem novamente à tona, e a população, um pouco mais conhecedora de seus direitos, na rebeldia da adolescência de seus 14 anos de redemocratização, buscou emancipar o país através da sua maior força: o voto.

Em 2002 toma posse do executivo brasileiro, o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, até então oposição dos governos anteriores. Com uma proposta social, que seria seguida por Dilma Rousseff, sucessora de Lula, o governo petista focou o desenvolvimento social através de programas como Bolsa Família; Minha Casa, minha vida; Luz para todos; PROUNI; FIES, etc. Nesse período, milhões de brasileiros saíram de situações de miséria, outros milhões emergiram à classe média, de modo que o Brasil passou a estar entre as dez maiores economias do mundo.

c) Juventude Revolucionária: as manifestações de 2013

Em 2013, em plena juventude da democracia brasileira, 25 anos após a promulgação da Constituição Federal e 10 anos após a entrada do PT na liderança do poder executivo federal,

observou-se que muitos dos direitos prometidos ainda estavam aquém daquilo que poderiam ser, tendo em vista o desenvolvimento do país nos anos recentes.

Não obstante o Brasil se despontava entre as principais economias do mundo, os recursos destinados à qualidade de vida da população estavam muito abaixo do ideal e do prometido nas campanhas eleitorais. Ora, sem em 2012 o Brasil aparecia como o sexto maior Produto Interno Bruto – PIB do planeta, nesse mesmo período ocupava a 70ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que mede a qualidade de vida da população de um país.

Uma das grandes causas dessa ineficiência se deve às diversas corrupções, que institucionalizadas, impediam que os recursos chegassem ao destinatário final. Desta maneira, buscando combater o mal da corrupção, o governo federal possibilitou uma maior liberdade de investigação da polícia federal, de modo que dezenas de políticos, tanto da base aliada quanto da oposição, e empresários foram investigados e indiciados. Por outro lado, muitos acusados permaneciam incólumes às punições judiciais, aumentando a indignação da população brasileira, cansada de favoritismos e proteção às camadas mais ricas e poderosas da sociedade.

Assim, impulsionados pela mídia e pela facilidade de acesso à informação, potencializada por meio das tecnologias digitais, o grande problema da corrupção tornou-se mais evidente e a população, agora inserida numa democracia “adulta jovem”, foi às ruas manifestar sua indignação e exigir uma postura por parte governo no sentido de colocar o país num caminho de desenvolvimento real e integral. Nesse arcabouço, milhares de pessoas nas principais

idades do país buscaram exercer, agora não somente através do voto, a sua cidadania e a busca por uma democracia verdadeira. Dessa maneira, novamente verificamos como democracia e cidadania andam juntas, uma influenciando os rumos e caminhos da outra.

O cenário político evidenciado nas manifestações de 2013 mostra uma certa desconfiança por parte da população em diversos aspectos da democracia, poderíamos escrever diversas obras no sentido de análise dessas várias dimensões, no entanto destacamos três das quais acreditamos representar a crise dos valores democráticos apresentados nas ruas pela população brasileira: a falta de representação política; a falta de credibilidade nos partidos e; a falta do acesso igualitário ao direitos nas mais diversas áreas.

Nos cartazes e nos clamores dos manifestantes, uma frase ficou muito marcada: “Vocês não me representam!!”. Para a população que foi às ruas em 2013, ainda que os políticos sejam eleitos pelo povo através do voto, as ações desempenhadas por eles, não correspondiam, muitas vezes às promessas feitas nas eleições ou mesmo às necessidades da população.

A esse debate poderíamos também analisar a questão das classes sociais presentes nas manifestações. Essa falta de representatividade seria um sentimento geral da população brasileira ou de uma classe específica que não contente com os avanços nas políticas públicas sociais passou a estar insatisfeita com o governo? Não é o escopo desse estudo aprofundar essa questão, no entanto, o que torna latente é a importância da manifestação política da população brasileira, independentemente de classe social.

Essa falta de representatividade está relacionada com a falta de credibilidade dos partidos políticos. Tal confiabilidade fora quebrada em função das decepções da população tanto com os partidos de direita, quanto de esquerda, desde o início da redemocratização. Dessa forma, durante as manifestações, símbolos, faixas, camisetas, carros e trio elétricos que traziam a marca de partidos políticos, eram rechaçados e muitas vezes expulsos. Para muitos dos manifestantes, os partidos passaram a ser considerados como corja de ladrões” ou um grupo de salteadores do Brasil, conforme fizera os colonizadores.

Um outro aspecto a ser destacado é a polifonia de reivindicações. Os manifestantes de 2013 buscavam por mais saúde, emprego, educação, facilidade de locomoção, segurança, enfim, queriam ter acesso a direitos que, embora presentes na Constituição e tendo avançado nos últimos anos, não correspondiam com o ideal. Essas faltas, evidenciam um mal que a redemocratização prometera resolver: a falta de planejamento, de organização e a alta corrupção dentro da máquina pública.

Nesse contexto é interessante ressaltar o crescimento do número de políticos ligados aos interesses muito específicos e particulares, como aqueles que popularmente foram denominados como pertencentes à bancada BBB – Bíblia, Bala e Boi, (MARTINS, 2015) onde religiosos políticos, pessoas ligadas ao agronegócio e empresários que lucram com a violência instalada no país, muitas vezes, buscam somente seus interesses e não levam em consideração os interesses da res-pública, causando indignação da população. De modo que a democracia, muitas vezes, é derrotada por uma aristocracia, ou no caso específico do Brasil em uma “falsa teocracia”, uma

“belicocracia” ou mesmo uma “agrocacia”.

Desta maneira, tendo em vista a direta relação entre democracia e cidadania, os três pontos que destacamos como características críticas da democracia influenciam diretamente na prática da cidadania. Em outras palavras, a falta de representação política, a falta de credibilidade nos partidos e a falta no acesso a direitos, somados com a indignação causada pela corrupção, vão demandar ações do povo e dos cidadãos na sua luta incansável por uma nação melhor, mais justa e igualitária.

Assim, explica-se o emergir das manifestações de 2013, tal como aconteceu nos anos 90 e em diversos outros momentos da nossa história. Tratava-se de um grito da população, no sentido de não ceder ao pessimismo que poderia se instalar e fazer algo para mudar o contexto. Isso é tão evidente, que o número de pessoas nas manifestações foi aumentando a cada dia, a iniciativa de um contagiava outro e outros e assim a luta pelo país se tornava cada vez mais forte, de forma que o gigante adormecido, começava a acordar.

Um outro ponto interessante é a iniciativa dos brasileiros de buscar por mudanças sem estar necessariamente vinculados a um partido político, pois estes como já dissemos, se mostravam desacreditados. Nesse sentido, durante as manifestações de 2013, houve uma movimentação civil como poucas vezes foi vista nesse país. A Internet e as Redes Sociais, se apresentavam como um espaço para livre troca de informações e articulação de pessoas. Diversas iniciativas civis, ONGs, movimentos sociais, coletivos e pessoas até então, sem muita ação política ativa, passaram a assumir para si a luta por um país melhor e exigir que os representantes

políticos que de fato assumam as responsabilidades assumidas nas eleições.

Após o auge das manifestações de 2013, muitos processos investigativos da polícia federal ganharam força e diversos políticos e empresários corruptos foram indiciados. Frente à pressão da população, o governo nas esferas federais, estaduais, municipal e distrital buscou criar planos de emergência e atender as demandas apresentadas. Algumas cidades passaram a adotar o passe-livre para estudantes e desempregados, também foram direcionados mais recursos para locomoção urbana e a definição dos recursos do pré-sal para educação e saúde.

Em 2016 a presidenta Dilma Rousseff é destituída de seu cargo por meio de outro processo de Impeachment tendo como principal causa as chamadas “pedaladas fiscais” ou crime de responsabilidade. Assim, assume o cargo de chefe do executivo o então vice-presidente Michel Temer que até a conclusão deste artigo permanece no cargo, ainda que tenha sido nomeado em diversas delações e depoimentos realizados na polícia federal.¹

Considerações finais

Diante da breve e singela análise que acima se apresentou, é impossível não fazer algumas perguntas: Como a população Brasileira pode alcançar uma maturidade democrática e cidadã e assim efetivar a sua vida adulta com qualidade e plenitude? Quais são os entraves ainda existentes para isso? Não há dúvidas de

que em pouco mais de 25 anos os avanços na democracia e na cidadania são consideráveis, mas não há como negar que existe muito ainda por se fazer.

Observa-se que tanto nas manifestações do “diretas já”, quanto nas manifestações de 2013, há ainda um forte apelo da classe média, que acaba muitas vezes sendo a porta-voz das manifestações, de modo que a maioria pobre ou as populações marginalizadas ficam muitas vezes invisíveis. Como fundamento de uma vida adulta democrática, é necessário que não só uma classe tenha voz, mas que todos sejam ouvidos. Afinal, todos são cidadãos e têm a sua igualdade de direitos garantidos na Constituição.

Desta maneira, um primeiro passo é a maior conscientização sobre a importância da participação de todos, quebrando as segregações que carregamos desde a origem deste que chamamos de Brasil, e uma das formas mais eficazes é através das eleições. Malgrado em alguns momentos, inclusive nas manifestações de 2013, alguns grupos defendiam a volta da ditadura militar, o direito a votar é uma conquista do povo brasileiro que lhe dá um poder nos processos políticos sem igual.

Contudo faz-se necessária uma maior educação política no sentido de quebrar os resquícios do coronelismo, favoritismo e nepotismo presentes em nosso país. Embora iniciativas como a lei de “ficha limpa” e “eleições eletrônicas” tenham contribuído com a eficácia e a eficiência das eleições, é

feminino do Brasil pois as informações disponíveis e as opiniões de especialistas ainda são muito divergentes e recentes, o que demandaria um novo estudo de nossa parte, saindo assim do escopo proposto por esse trabalho.

¹ Tendo em vista que Michel Temer assumiu a presidência da República recentemente. Esse artigo não fará nenhuma análise ou aprofundará a relação entre democracia e cidadania no Brasil após o Impeachment de Dilma Rousseff, nem mesmo faremos a análise do processo de impedimento da primeira presidente do sexo

necessário que a população seja educada para a importância que tem na escolha dos nossos representantes.

No entanto, somente as eleições esporádicas não são suficientes para que o Brasil efetive a sua democracia e a população consolide a sua cidadania, a participação política deve ser constante. Nesse percurso muitas outras formas foram criadas como as iniciativas de orçamento participativo, grupos de discussão, abaixo-assinados, conselhos municipais, associação de moradores, fóruns e comissões, referendos e tantas outras ferramentas que ajudam o brasileiro a ocupar o espaço público e defender os direitos da população.

Outro tema que se faz presente e fundamental é uma reforma efetiva na nossa política, principalmente no que tange ao financiamento de empresas nas campanhas eleitorais. Essa temática deve ser fortemente debatida e trabalhada, afim de que o país deixe de ficar vulnerável frente às grandes corporações e ideologias que buscam somente os interesses próprios em detrimento das necessidades da população de uma forma geral.

No que diz respeito à justiça para todos, é necessário que leis contra a corrupção seja ainda mais severa e que as polícias investigativas tenham cada vez mais recursos e liberdade para combater esse mau endêmico no Brasil. Em contrapartida, o povo brasileiro de uma forma geral, deve deixar de utilizar a corrupção dos outros para justificar as suas próprias corrupções e corroborar o “jeitinho brasileiro” que ao mesmo tempo que mostra a criatividade e adaptação das pessoas frente às adversidades, também causa problemas para o âmbito público.

Algo que tem se apresentado de forma muito eficaz, na busca por um país

melhor é o (re) emergir dos movimentos sociais, agora de forma mais forte e dialogada com os governos, no sentido da busca por acesso aos direitos da população, principalmente as minorias, historicamente marginalizadas em nosso país. Nesse mesmo sentido, a iniciativa de coletivos e organizações civis, que usando principalmente as redes sociais e a internet, possibilitam um espaço não-hierárquico, de discussão e de organização participativa.

Há também a importância de reformas em diversas áreas estratégias da democracia e consequentemente da cidadania, como as questões fiscais, de modo que empresas e ricos deixem de ser beneficiados e que os mais pobres possam ter seus direitos protegidos; a reforma da previdência a fim de que esta não quebre e possa garantir recursos para a população que não tem mais condições de trabalhar e por fim, a reforma social, que envolve educação, saúde e qualidade de vida das pessoas, de modo que aquilo que agora de certa forma se aproxima da universalidade, possa ter qualidade, e formar uma população não somente para o mercado de trabalho, mas principalmente pessoas agentes e protagonistas de um país melhor.

Enfim, democracia e a cidadania estão intimamente ligadas. A população brasileira deve levar em conta que a construção de um país e uma nação efetiva se dá tanto no particular quanto no público. Cada um deve assumir a sua responsabilidade de forma justa, equitativa, tendo como foco o bem da sociedade como um todo e não somente os interesses privados e egocêntricos.

Referências

BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Brasil_Privatizado.pdf>. Acesso em: 24.fev.2016.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COUTO, Cláudio. G. ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. Revista Tempo Social, v. 15, n. 2. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo – USP, 2003. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper10.pdf>>. Acesso em: 24.fev.2016.

MARSHALL, T.H. (1967) Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro. Zahar Editores

MARTINS, Rodrigo. A bancada BBB domina o Congresso. Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>>. Acesso em: 25.fev.2016

SANTOS, Mariana. Vinte anos depois do impeachment, democracia brasileira está fortalecida. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/vinte-anos-depois-do-impeachment-democracia-brasileira-est%C3%A1-fortalecida/a-16271167>>. Acesso em 17.dez.2016.

Recebido em 2016-10-28
Publicado em 2017-07-06